

Servidores têm de lutar por reajuste, diz Lewandowski

"Estamos lutando com todas as armas possíveis e vocês têm de lutar também", disse nesta segunda-feira (25) o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, atribuindo aos servidores do Judiciário Federal a tarefa de pressionar para impedir que o reajuste salarial da categoria seja vetado pela presidente Dilma Rousseff (PT).

O ministro esteve em um Fórum Trabalhista de São Paulo e foi recebido por um grupo de servidores que cobraram o estabelecimento de uma negociação entre os poderes Executivo e Judiciário para a aprovação do PLC 28/2015 (reajuste salarial).

O projeto, que reestrutura o plano de cargos e salários, passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado após mobilização da categoria e com um requerimento de urgência para ser submetido ao plenário.

O presidente do STF revelou ter negociado com o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), líder do governo no Senado, um pedido de vista do projeto quando da votação na CCJ. O pedido poderia ter adiado indefinidamente a votação, mas servidores que acompanhavam a tramitação do texto conseguiram que o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) fizesse também um pedido de vista coletivo. Graças à manobra, o projeto voltou à pauta na semana seguinte, quando foi aprovado.

Lewandowski alegou que sua estratégia era ganhar tempo para negociar o reajuste. "Nossa ideia era aprovar o plano [de cargos e salários] com um diferimento [adiamento] para evitar o impacto inicial nesse cenário de crise", disse.

Por isso, ele se mostrou surpreso e contrariado com a aprovação do requerimento de urgência para o encaminhamento ao plenário. "Isso aí dá uma atropelada no processo", afirmou, desconsiderando que o reajuste salarial tramita há nove meses no Congresso.

Crise, má vontade e desinformação

O ministro voltou a se declarar defensor do projeto, mas, como em outras ocasiões, não deu indicações claras de que buscará uma negociação direta com a presidente Dilma Rousseff (PT).

"Vocês não precisam pregar para convertidos; eu já estou convertido, aliás, sou um adepto da causa de vocês", assegurou, diante de diretores do Sintrajud e de servidores que exibiam cartazes e faixas cobrando a imediata aprovação do PLC 28/2015.

"Dia sim, dia não, eu apanho da imprensa porque defendo o projeto de vocês", disse Lewandowski. "Temos de lutar contra a crise econômica, a má vontade do governo e a desinformação da população", acrescentou.

O coordenador da Fenajufe Tarcísio Ferreira, servidor do TRT, expôs ao ministro a preocupação dos servidores com a possibilidade de o orçamento do Judiciário contemplar apenas os reajustes de vencimentos dos magistrados, enquanto o projeto de reajuste dos servidores fica paralisado, a exemplo do que aconteceu em 2009.

Em janeiro, os ministros conseguiram a aprovação do reajuste de seus subsídios (para R\$ 33.763) e, numa decisão do ministro Luiz Fux, do STF, o auxílio-moradia (R\$

4.377,73) foi estendido para todos os juizes do país. Também foi aprovada a gratificação por acúmulo de função para juizes substitutos.

"Precisamos que seja estabelecido um processo de negociação minimamente concreto entre o Judiciário e o Executivo", afirmou Tarcísio. "Queremos juntar forças com o Poder Judiciário para esse processo."

O servidor do TRT José Luís Santana disse a Lewandowski que a categoria não aceita que a crise econômica seja usada como justificativa para a negação do reajuste. "Em 2010 tivemos o maior crescimento econômico dos últimos anos e mesmo assim o reajuste foi negado", lembrou.

Lewandowski reconheceu que, devido à defasagem sa-

larial e à disparidade com a remuneração de outras carreiras do serviço público, o Poder Judiciário vem perdendo servidores para os demais poderes.

Na avaliação dos dirigentes sindicais e demais servidores que participaram da manifestação, a atividade foi bem-sucedida, pois realçou a preocupação da categoria com a forma como Lewandowski tem trabalhado com a pauta salarial. "Ele sempre diz que tem conversado com pessoas do governo [sobre o projeto], mas não sabemos o que isso representa em dados concretos", afirmou Tarcísio Ferreira.

Para os servidores que receberam Lewandowski no TRT nesta segunda-feira, a mobilização da categoria é fundamental para essa demonstração. *Com informações do Sintrajud*

Auxiliares: injustiça corrigida após 19 anos de luta

Em sessão realizada nesta segunda-feira, 25, o Pleno do TRT-SC por maioria (8 x 4) votou a favor do reenquadramento funcional de quatro servidores concursados. Estes servidores, devido a sucessivos equívocos que perduram há quase duas décadas (desde o PCS de 1996), ainda estão posicionados no extinto nível auxiliar, enquanto que os demais ocupantes foram todos enquadrados como técnicos judiciários. A partir da publicação do acórdão, o Tribunal irá adotar os procedimentos para regularizar a situação. O SINTRAJUSC destaca a vitória política e jurídica da decisão, que restitui direito desse grupo de servidores.

Os votos a favor foram dos desembargadores Águeda Maria Lavorato Pereira, Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira, Gilmar Cavalieri, Gisele Pereira Alexandrino, Jorge Luiz Volpato, Maria de Lourdes Leiria, Roberto Basilone Leite e Roberto Luiz Guglielmetto. Os votos desfavoráveis à demanda dos servidores foram dos desembargadores Edson Mendes de Oliveira, Gracio Ricardo Barboza Petrone, Ligia Maria Teixeira Gouvêa e Lília Leonor Abreu.

Em sessão no final do ano passado, a relatora do recurso administrativo, Desembargadora Maria de Lourdes Leiria, reconheceu a injustiça e defendeu a aplicação do princípio da igualdade para consertar a situação, defendendo o imedi-

ato enquadramento dos quatro remanescentes na mesma situação de todos os demais como medida de Justiça.

Mesmas atribuições

A título ilustrativo citamos o caso da servidora Catarina Vitória Junges, que ingressou no TRT como Agente de Serviços Complementares. Em que pese a diferença de nomenclatura inicial dos cargos (Agente de Serviços Complementares x Auxiliar Operacional de Serviços Diversos), o fato é que as duas categorias tinham exatamente as mesmas atribuições.

Essa particularidade, porém, provocou absurdo prejuízo à servidora. Ela já estava com tempo de serviço e idade para se aposentar ainda em 2013 e aguardava o reenquadramento para o Nível Intermediário, mas isso não ocorreu por causa da diferença de nomenclatura. Agora a situação será corrigida.

"Foi uma vitória, os desembargadores viram que era uma injustiça eu e meus colegas ficarmos de fora. Foi maravilhoso, na sessão do Pleno eu não sabia se ria ou chorava", diz a servidora, que trabalha na copa do prédio da Rio Branco. Ela faz aniversário no dia 23 de dezembro e não costuma organizar festa por causa da proximidade do Natal. Mas em 2015, quando completa 60 anos, ela vai celebrar.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLEIA GERAL no dia 01 de junho do ano de 2015, segunda-feira, às 16 horas, no prédio-sede da Justiça Fe-

deral (Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4810, Agrônômica, Florianópolis) com os seguintes pontos de pauta:

- 1 – Informes;
 - 2 – Deliberação sobre a Greve;
 - 3 - Utilização do Fundo de Mobilização e Luta.
- Florianópolis, 25 de maio de 2015
Coordenação Geral do SINTRAJUSC